



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE  
CÂMARA MUNICIPAL**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE,  
REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2018.**

**Nº. 27/2018**

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,35 horas.

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Informou o Sr. Presidente o executivo da intenção de convocar uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, no próximo dia 28 de Novembro, pelas 10,30 horas, para apreciação e votação das novas propostas das Opções do Plano e Orçamento e dos protocolos de cooperação a estabelecer com as Juntas de Freguesia, para o ano de 2019, assim como de uma proposta para a contratação de um empréstimo bancário na linha BEI PT 2020.

Interveio a seguir o Sr. Vereador Francisco Duarte lembrando para a falta da resposta ao que havia solicitado, nomeadamente o fornecimento da cartografia dos terrenos a expropriar para o alargamento da EM 508 e do CM 1139, da forma como foi feita a divulgação pública do relatório da auditoria às contas do Município, da publicitação dos comentários que efetuou sobre o mesmo, assim como dos contributos dados pelo Bloco de Esquerda para a elaboração das Opções do Plano.

O Sr. Presidente da Câmara, quanto à divulgação pública do relatório da auditoria, afirmou que assume o que foi publicado, quanto à publicitação dos comentários sobre o mesmo, lembrou que na sequência da aprovação da ata da respetiva reunião, efetuada hoje, a mesma é tornada pública e como tal a respetiva divulgação.

Relativamente à última solicitação, reconheceu o atraso na satisfação do solicitado, contudo disponibilizou-se a fazê-lo no final desta reunião.

A seguir apresentaram os Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, os seguintes requerimentos:

**"Assunto: Mapas de Controlo Orçamental:**

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja fornecida cópia dos Mapas de Controlo Orçamental de Receita e da Despesa, relativos a 31 de Outubro de 2018."

**"Assunto: Comparticipações concedidas pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia, ao abrigo dos "Acordos de Cooperação":**

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja fornecido Mapa (descriminado por Junta) com as comparticipações concedidas pela Câmara Municipal às Juntas de Freguesia, ao abrigo dos "Acordos de Cooperação" durante o quadriénio 2014/2017."

**Assunto: INCastro - Centro de Ideias e Negócios**

Os signatários, vereadores eleitos pela CDU na Câmara Municipal, solicitam através do presente requerimento que lhes seja prestada informação sobre a atribuição de espaços n o INCastro (e respetiva mobilidade), no período que decorreu entre 17 de Outubro de 2017 e 30 de Outubro de 2018. (diferenciando nomeadamente os novos projetos empresariais que entraram e as empresas já instaladas cujos contratos foram reconduzidos e por fim, os abandonos verificados).

Mais solicitam informação detalhada sobre a(s) atividades(s) promovidas no seu âmbito com vista a cumprir os objetivos para os quais foi criado."

#### **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

#### **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

##### **Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- "E-mail" do Grupo Parlamentar Os Verdes, dando conhecimento do projeto de resolução que visa a eliminação da cobrança de portagens na via do Infante.
- "E-mail " do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, dando conhecimento das suas propostas de alteração à proposta de Lei que "Aprova o Orçamento de Estado para 2019".

#### **DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**1º. - Consulta ao processo de insolvência da empresa BB Consulting – Arquitetura e Engenharia SA. - Decisão sobre a extinção da ação levantada contra a mesma empresa:**

Apreciou a Câmara a informação prestada por A.R. Montalvo e Associados – Sociedade de Advogados RL, relativa à consulta que efetuou ao processo de insolvência da empresa BB

Consulting – Arquitetura e Engenharia SA, sobre a qual esta Câmara Municipal levantou uma ação contra a mesma por trabalhos a mais não previstos aquando da feitura do projeto de construção da Fábrica das Artes, em Castro Verde.

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação acima referida, na qual dá conta que foi deliberado, na ação de insolvência, a liquidação da empresa BB Consulting – Arquitetura e Engenharia SA, deliberou por unanimidade e nominalmente, requerer ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja a inutilidade superveniente da lide, o que conduzirá à extinção da ação em causa.

## **2º.- Plano de Ação para a ADRAL – Estudo – Repartição de despesas:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando o email enviado pela CIMBAL relativamente aos custos com a elaboração do Plano de Ação para a ADRAL – Estudo – Repartição de despesas (Doc. Anexo I).

Considerando a proposta que é apresentada e aquilo que constitui o encargo de cada um dos municípios associados;

Considerando que ao Município de Castro Verde compete participar com o valor de 354,81 €;

Assim, face ao exposto, proponho a aprovação do valor atrás indicado e consequente pagamento à CIMBAL.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar o encargo que lhe compete participar no estudo em causa, no valor de 354,81 €, conforme proposto pelo Sr. Presidente.

## **3º.- Concurso público para alienação de duas frações do prédio urbano, sito na Rua Timor Lorosae, em Castro Verde – Relatório final de análise das propostas.**

Foi presente o relatório final de análise das propostas apresentadas ao concurso público em referência, no qual o respetivo Júri propõe o seguinte:

- a alienação da fração A, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Castro Verde e Casével sob o artigo 3826-A e descrita na Conservatória do Registo Predial de Castro Verde sob o nº.3062-A a Hélder Ramos Marques, pelo valor da sua proposta, de 131.005,00 €
- a alienação da fração C, inscrita na matriz predial urbana da União de Freguesias de Castro Verde e Casével sob o artigo 3826-C e descrita na Conservatória do Registo Predial de Castro Verde sob o nº.3062-C, Sofia Costa Rosa Canas de Miranda, pelo valor da sua proposta, de 75.150,00 €.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, homologar o relatório final de análise das propostas apresentadas ao concurso acima referido, adjudicando a alienação das referidas frações, conforme proposto pelo Júri do concurso.

## **4º. - Pedido de convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal:**

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente, a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a pretensão do Executivo Municipal de apresentar uma nova proposta das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento para o ano de 2019;

Considerando, igualmente, a pretensão do Executivo de apresentar novas propostas dos acordos de cooperação a celebrar com as Juntas de Freguesia;

Considerando, ainda, a intenção do Executivo Municipal de apresentar uma proposta para a contratação de empréstimo bancário na linha BEI PT 2020;

Proponho a este Órgão, ao abrigo do disposto no artigo 28º/1-a) do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, que seja solicitada a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal."

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar o pedido de convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

#### 5º. - Calendário de Feiras e Mercados no ano de 2019:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente a seguinte proposta do calendário de Feiras e Mercados a realizar no ano de 2019, apresentada pela Srª. Vereadora Alda Mestre:

##### 1. Feiras Anuais:

MÊS	DIAS	DENOMINAÇÃO	LOCAL
Janeiro	20	Feira do Pau Roxo	Rossio do Santo (S. Sebastião)
Mai	5	Feira de Maio	Parque de Feiras e Exposições de Castro Verde
Outubro	18, 19 e 20	Feira de Castro	

##### 2. Mercados Mensais:

MÊS	DIAS	LOCAL
Fevereiro	6	Parque de Feiras e Exposições de Castro Verde
Março	6	
Abril	3	
Junho	5	
Julho	3	
Agosto	7	
Setembro	4	
Novembro	6	
Dezembro	4	

- Os dias indicados para a realização de mercados coincidem com a primeira 4ª. feira de cada mês.

#### 6º. - Proposta de atualização dos tarifários de água, saneamento e resíduos para 2019:

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

"Considerando o disposto no Regulamento Municipal de Taxas e Preços em vigor, onde segundo o estipulado no artº 10º, as taxas e os preços são atualizados de acordo com a taxa de inflação ou com base em estudo económico ou financeiro;



Considerando a recomendação (Doc. anexo 1) da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, adiante ERSAR, de 15 de Novembro de 2018, nomeadamente a conformidade com a Recomendação tarifária e com o disposto no artº 76º, nº 1 do Regulamento Municipal de Água do Município de Castro Verde; (Doc. anexo 2)

Assim, face ao exposto, e ao abrigo do disposto no artº 33º, nº 1 alínea e), do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro, e, proponho:

- Manter as taxas e os preços relativos ao abastecimento de água, conforme opção política assumida publicamente pela atual maioria na Câmara Municipal;
- Proceder à atualização da TRH, e, dos preços e taxas relativas aos tarifários de Saneamento e Resíduos Urbanos;
- Aplicar um desconto de 50% aos consumidores a quem, no quadro da Lei e das recomendações da ERSAR, se deva aplicar o tarifário social."

Colocado o assunto à consideração o executivo, o Sr. Vereador Francisco Duarte lembrou para o facto de esta documentação ter sido entregue apenas no dia anterior à realização desta reunião, pelo que não tiveram tempo para uma análise mais profunda, no entanto questionou quanto à decisão do tarifário social ser aplicado cumulativamente com o previsto nos benefícios do cartão social.

O Sr. Presidente da Câmara informou que irá apurar se, em termos técnicos, é possível a referida aplicação cumulativa e, posteriormente, informará o Executivo.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, aprovar a proposta de apresentada pelo Sr. Presidente, cujos documentos que a integram se anexam à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

Os Srs. Vereadores da CDU justificaram a sua abstenção pelo facto de não ter tido o tempo suficiente para analisarem a presente proposta.

**7º. - Revogação da deliberação tomada na reunião do executivo, realizada no dia 18 de Janeiro de 2017, relativa à criação de um local de armazenamento preliminar de RCD's, junto ao Estádio Municipal em Castro Verde:**

Na sequência da decisão tomada na reunião anterior, reapreciou a Câmara a proposta apresentada pelos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, que a seguir se transcreve:

"Considerando a proposta apresentada e aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal no dia 18 de Janeiro de 2017, em que foi deliberado alterar o relevo de uma área de terreno de 33.000 m2 nas traseiras do estádio municipal através da deposição de pedras e solos;

Considerando que o local de armazenamento preliminar de RCD's foi extinto;

Considerando que a separação dos resíduos deixou de ser efetuada, inviabilizando a reutilização dos materiais conforme foi preconizado;

Considerando que a deliberação deixou de fazer sentido uma vez que os pressupostos pelos quais foi apresentada e aprovada não estão a ser cumpridos, antes estão a ser adulterados, porque em vez de pedras e solos estão a ser depositados RCD's no local.

Assim, pelo atrás exposto propomos que a proposta em causa seja revogada."

Posto isto, foi a proposta submetida a votação, tendo a mesma sido reprovada com os votos contra dos eleitos do Partido Socialista.

## **DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA**

### **Obras Particulares/ Outros:**

#### **1. - Projetos de arquitetura:**

Apreciou a Câmara e com base nos pareceres da Divisão de Obras e Gestão Urbanística, aprovou por unanimidade e nominalmente os seguintes projetos de arquitetura:

- de IMOCASTRO - Construção Civil de Obras Públicas, para demolição e construção de habitação/comércio/serviços na Rua D. Afonso Henriques nº.26, em Castro Verde.
- de Anabela Cavaco Figueira, para construção de habitação unifamiliar na Rua das Areias de Trás nº.18, em Castro Verde.
- de Carlos Frederico Dória S. Albergaria Matos, para construção de habitação na Rua das Papoilas, lote 2, em Castro Verde.

#### **2.- Aprovação e deliberação final sobre processo de obras:**

Apreciou a Câmara e com base no parecer proferido pela Divisão de Obras e Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, o pedido de legalização da construção de uma garagem na Travessa do Sol Posto, em Castro Verde, requerido por Jacinto Gama Mestre.

#### **3.- Destaque de parte de prédio urbano, situado no interior do perímetro urbano de Lombador:**

Foi presente o pedido formulado por Manuel Martins Domingos, na qualidade de coproprietário de um prédio urbano, sito no Largo da Liberdade nº, 3, na localidade do Lombador, freguesia de Santa Bárbara de Padrões, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº. 454 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Castro Verde, sob o nº. 1095/20101118, fazendo ainda parte deste artigo e descrição atrás mencionada um outro prédio confinante, sito no Largo da Liberdade e com entrada na Rua de Stª. Bárbara nº.18, na mesma localidade, ambos separados fisicamente há mais de 80 anos, e têm a área coberta de 144 m2 e descoberta de 500 m2, em logradouros, sendo estes separados e localizados na Rua dos Malmequeres.

Para efeitos de divisão e de acordo com o que se acha firmado e porque se encontram os dois imóveis separados, requer que seja desanexado o prédio seguinte:

Prédio nº.1 – urbano, sito no Largo da Liberdade nº.3, na localidade de Lombador, destinado a habitação, com a área coberta de 105 m2 e descoberta, em logradouro, de 130 m2, fazendo ainda parte do artigo 454 e da já mencionada descrição predial.

Assim, vem requerer que lhe seja certificado que a desanexação pretendida está dispensada do regime de licenciamento previsto no nº. 4 do art.º 6º do Decreto-Lei nº.555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº. 136/2014, de 9 de setembro.

A Câmara, em face da informação prestada pela Divisão de Obras e Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, autorizar o destaque do prédio acima descrito, atendendo a que é dado cumprimento ao estipulado nos nºs. 4 e do artigo 6º do Decreto-Lei nº.555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas.

## **DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL**

### **1.- Publicitação de início de procedimento e participação procedimental para elaboração do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição Social em Regime de Arrendamento Apoiado:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pela Srª. Vereadora Alda Mestre:

"Considerando que a Câmara Municipal enquanto proprietária do parque habitacional de cariz social destinado a estratos sociais desfavorecidos define as respetivas condições e critérios de seleção de atribuição de habitações que integram o parque habitacional.

Considerando a entrada em vigor do novo regime de arrendamento apoiado para habitação, aprovado pela Lei nº. 81/2014, de 19n de dezembro, alterada e republicada pela Lei nº. 32/2016, de 24 de agosto, torna-se necessário atualizar o Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação Social em Regime de Arrendamento Apoiado.

Considerando que com base no ponto 4 do artigo 2º. da Lei nº.32/2016, podem as autarquias locais aprovar regulamentação própria visando adaptar a presente lei às realidades física e social existentes nos bairros e habitações de que são proprietárias.

Considerando que o Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação Social em Regime de Arrendamento Apoiado tem como objetivo principal garantir o acesso à habitação de forma justa e equitativa, definindo o respetivo procedimento de atribuição e estabelecendo critérios de hierarquização e de ponderação claros, objetivos e uniforme.

Assim, face ao exposto, proponho a apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação Social em Regime de Arrendamento Apoiado."

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, publicitar o início de procedimento e participação procedimental para elaboração do Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição Social em Regime de Arrendamento Apoiado, ao abrigo do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 4/2015, de 7 de janeiro,

### **2.- Celebração de acordo de colaboração com o Lar Jacinto Faleiro:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:



“Considerando que o Lar Jacinto Faleiro, Instituição de Solidariedade Social, desenvolve, desde há 3 décadas a esta parte, atividade na área da infância, através da prestação de serviços de creche e jardim de infância;

Considerando que, esta instituição é, inclusive, a única entidade com a resposta social de creche no concelho de Castro Verde;

Considerando que trata-se de um serviço de cariz social;

Considerando as dificuldades financeiras que estas Instituições enfrentam e a necessidade de fazer refletir o menos possível nas mensalidades dos nossos utentes, em muitos casos com baixos rendimentos, os sucessivos aumentos económicos do seu funcionamento;

Considerando a solicitação efetuada pela Direção daquela Instituição;

Proponho ao abrigo do art.º 33, nº.1 v) do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de um “Acordo de Colaboração”, entre a Câmara Municipal de Castro Verde e o Lar Jacinto Faleiro (anexo I).

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, celebrar com o Lar Jacinto Faleiro o acordo de colaboração, cuja minuta se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

### **3.- Concessão e renovação cartões sociais:**

De acordo com a informação nº.575 e respetiva documentação elaborada pelo Gabinete de Educação e Ação Social, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Sílvia Costa Pereira, residente na Sete; Paula Cristina dos Santos Duarte, residente em Castro Verde; Manuel Silvestre Lança, residente em Santa Bárbara de Padrões; Virgínia Rosa Brito, residente em Almeirim; Maria José Castilho Correia, residente em Castro Verde; Maria Manuela Machado Cabaço, residente no Geraldos, todos no escalão A; e a Joaquim Patrício Guerreiro, residente em Casével, no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Leonor Martins Viriato e de Maria Manuela Isidro Damas, residentes em Castro Verde; e de Jacinto Marques Costa, residente na Sete, todos no escalão A.

## **DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO**

### **1.- Concessão de apoio financeiro à Associação de Atletismo de Beja, para a realização do IX Meeting de Atletismo Jovem de Castro Verde:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

“O Meeting de Atletismo de Castro Verde é atualmente um momento importante no calendário de competições de pista, que tem primado por bons índices de participação, com resultados que contribuem para a afirmação do atletismo regional e de uma marca desportiva de Castro Verde.



Criado em 2010, aquando da inauguração da Pista de Atletismo do Estádio Municipal 25 de Abril, com um total de 1250 registo de jovens atletas participantes em concursos de lançamentos, saltos e corridas, oriundos, sobretudo, de equipas do Alentejo e Algarve.

A opção de direccionar o Meeting para os jovens revela a prioridade de criar um espaço de encontro de visibilidade, qualidade e índices de competitividade motivacional que ajudem a afirmar a prática desportiva nas sociedades modernas.

No próximo dia 2 de dezembro de 2018, de acordo com o seu plano de ação, a Câmara Municipal de Castro Verde organiza a 9ª. edição do Meeting, dando continuidade a uma política de parceria com a Associação de Atletismo de Beja, que assume a responsabilidade técnica da prova, cujo regulamento se anexa.

Assim, com o objetivo de operacionalizar a organização do IX Meeting de Atletismo Jovem, enquadrada pelo protocolo de cooperação existente entre a Câmara Municipal de Castro Verde e a Associação de Atletismo de Beja (alínea a., da 4ª. cláusula) propõe-se a transferência de 850 € para a Associação de Atletismo de Beja (NIF 501923659) fazer face às despesas relacionadas com o pagamento dos prémios monetários, assumindo esta o pagamento dos mesmos.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques, concedendo à Associação de Atletismo de Beja o apoio financeiro no valor de 850,00 €, e autorizando o respetivo pagamento.

#### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

#### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,30 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.

